

Paper do NAEA Volume 28

A produção do espaço turístico na unidade de conservação de Mosqueiro, Belém –PA

Francisco Perpetuo Santos Diniz¹



RESUMO

O ecoturismo é parte integrante da reprodução capitalista global centrada na hierarquização entre os lugares, no aprofundamento das disparidades socioespaciais e busca desenfreada por lucros. Diante deste contexto, problematizamos a necessidade de desenvolvimento de atividades ecoturísticas nas comunidades de Mosqueiro-Pa a partir de dinâmicas socioespaciais endógenas. Assim, por considerar as tensões emanadas de práticas ecoturísticas globais e locais desenvolvidas nas comunidades pesquisadas, utilizamos como método guia da pesquisa o Materialismo Histórico e Dialético. O trabalho tem um caráter qualitativo e participante por considerar a significância das falas e ações dos sujeitos envolvidos. A técnica de análise de dados baseou-se na análise de discurso e os resultados demonstraram que a reprodução do modelo ecoturístico reproduzido globalmente nas comunidades de Mosqueiro não gerou o desenvolvimento esperado por considerar os comunitários como personagens protagonistas do modelo ecoturístico implementado e por não gerar a expectativa de renda local.

Palavras-chave: Ecoturismo. *Turistificação global*. Espaço turístico. Desenvolvimento local.

¹ Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – e.mail: fpsdiniz@gmail.com.

ABSTRACT

Ecotourism is an integral part of global capitalist reproduction centered on the hierarchy of places, Deepening socio-spatial disparities, and unbridled search for profits. In view of this context, we have discussed the need to develop ecotourism activities in the communities of Mosqueiro-Pa from endogenous socio-espacial dynamics. Thus, considering the tensions emanating from global and place ecotourism practices developed in the researched communities, we use the Historical and Dialectical Materialism as a guiding method of research. The work has a qualitative and participatory character considering the significance of the speeches and actions of the subjects involved. The technique of data analysis was based on discourse analysis and the results showed that the reproduction of the ecotourism model in the communities of Mosqueiro did not generate the expected it is made considering the community as protagonists of the ecotourism model implemented and for not generating the local income expectation.

Keywords: Ecotourism. Global touristification. Tourist space local. Development.

.

INTRODUÇÃO

A região amazônica, especialmente a partir da década de 1960, tornou-se palco da implantação de uma série de projetos geoeconômicos que expressavam atividades madeireiras, pecuárias, minerais, agrícolas, energéticas, siderúrgicas, rodoviárias, de assentamentos, entre outros. Os grandes empreendimentos aqui instalados faziam parte da estratégia geopolítica-militar que tinha como principal slogan *integrar para não entregar às potências estrangeiras, terras sem homens para homens sem terras e a Amazônia: a última fronteira do território brasileiro*.

Ressalta-se que a lógica geoeconômica dominante era caracterizada na exploração dos recursos naturais, militarização da região, transferência populacional e industrialização do país. Contudo, a história demonstrou que o discurso desenvolvimentista tornou-se falho e excludente, posto que reforçou a região como periferia do país e do capitalismo internacional, seguido do agravamento de problemas socioambientais. Porém, novos discursos de desenvolvimento regional sobre a Amazônia são construídos e buscam mitigar e/ou modernizar a economia da região. Na atualidade, está em voga o discurso do desenvolvimento sustentável e da equidade social.

Os novos modelos de desenvolvimento regional são produzidos nos países centrais da economia capitalista e encontram-se distantes da realidade social e ambiental amazônica. Os discursos de desenvolvimento não rompem com as velhas práticas de dominação e subordinação sociopolítica e econômica da região frente a outros centros de poder. É neste contexto que a economia do ecoturismo é tida como uma nova esperança de desenvolvimento para Amazônia, por supostamente respeitar o meio ambiente, incorporar a cadeia produtiva às sociedades locais, não ser predatório em larga escala, favorecer a abertura do mercado local aos principais centros do turismo global e valorar a biodiversidade amazônica.

A partir da discussão acima, selecionamos como lócus de estudo as comunidades extrativistas de Caruarú e Mari-Mari em Mosqueiro-Pa, onde foi desenvolvida a “Trilha Ecológica Olhos D’água” cujo modelo pensado foi imposto pela Belemtur pertencente à Prefeitura de Belém, que tentou valorizar a diversidade do patrimônio natural, material e imaterial locais, mas cujos resultados não surtiram efeitos esperados, especialmente os associados à geração de renda e desenvolvimento local.

A pesquisa apresentou um caráter qualitativo, por considerar a significância das informações contidas nas falas e ações dos sujeitos envolvidos, sendo que os relatos dos moradores foram caracterizados por letras para garantir a não identificação dos mesmos. A técnica de produção de dados mesclou a pesquisa bibliográfica e a realização de entrevistas e de diálogos abertos com sujeitos que participaram da trilha ecológica “Olhos D’água” que continha aproximadamente 1850 metros de extensão entre as comunidades de Caruarú e Mari-Mari, localizadas em Mosqueiro-Pa. A técnica de produção de dados baseou-se na análise de discurso. Os resultados demonstraram que a reprodução do modelo turístico fundamentado no ecoturismo apresentou uma série de inconsistências, tais como a falta de envolvimento dos comunitários, o encarecimento da manutenção da logística turística pela prefeitura de Belém que à época alegou falta de lucratividade e por não ter sido capaz de deixar um legado de desenvolvimento local nas comunidades envolvidas.

EXOGENEIDADES E ENDOGENEIDADES ESPACIAIS ECOTURÍSTICAS

Vivemos a era das revoluções da informática, comunicações, informações, tecnologias e mídias, mas o mundo passa por uma desordem e crise humanitária. Apesar do caos, criaram-se referenciais para a promoção da qualidade de vida e economia. Um referencial que une economia, sociedade e natureza é o desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é uma nova roupagem do desenvolvimento e do lucro a qualquer custo. Forjado no pós-Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento sustentável é a grande referência para o Planejamento do Desenvolvimento Regional, especialmente no Trópico Úmido. Contudo, a tríade sociedade-natureza e economia não foi criada para superar vários dos fundamentos do capitalismo, tais como: o consumismo, a degradação ambiental e as desigualdades sociais.

As conferências ambientais ratificaram protocolos e intenções. Cada vez mais buscaram mitigar, em escala global, a deterioração socioambiental. Receitas ecológicas propuseram créditos, selos e economias verdes, de carbono, da biomassa etc. Uma infinidade de modelos tem orientado o Desenvolvimento Regional, mas mostraram-se inertes, importados e estéreis, especialmente, quando são observadas as décadas do planejamento do Desenvolvimento Regional Amazônico.

Neste sentido, apesar de buscar novos caminhos, explicações, roupagens, facetas, imagens, slogans e horizontes, o território do Planejamento do Desenvolvimento Regional Amazônico ainda recorre aos investimentos de grande porte e projeta as “sociedades tradicionais” amazônicas na economia de mercado a partir da valorização de suas potencialidades locais buscando uma espécie de desenvolvimento endógeno, mas exogenamente orientado a ser inserido de forma periférica no capitalismo.

Uma nova faceta da reprodução capitalista na Amazônia é imposta com a implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável. É neste contexto que Azevedo e Soares (2013) afirmam que o ecoturismo propõe a conservação da natureza, a contemplação de paisagens naturais e a busca da observação e apreciação da estética ambiental. A natureza no ecoturismo é ressignificada fundada na apropriação de seus elementos áureos, ou seja, busca-se o descanso físico e espiritual, a proximidade com o exótico, o singular, a tranquilidade interior, a harmonia e a fuga dos cenários industrializantes e da urbanização. Contudo, este novo perfil da prática turística é forjado pela reprodução do modo de produção capitalista interessado em auferir lucros através da pacificação do homem e da realização de experiências extraordinárias, mas sempre focado no consumo de produtos turísticos associados ao meio natural. A natureza passa a ser “preservada” e utilizada como fundamento da economia do turismo global.

Assim, o ecoturismo como modelo de reprodução da turistificação global nesta pesquisa é entendido como a reprodução da economia e espaço turístico capitalista em nível mundial, mas que são negados pela força do lugar, do local, dos territórios amazônicos inscritos em comunidades que vivem em suas relações patrimoniais, culturais, cotidianas e de trabalho imbricadas diretamente com a natureza. Assim, a prática espacial do turismo tenta impor a replicação de modelos turísticos, mas é negado pela força dos agentes e culturas locais.

Ressalta-se que conforme Mareco e Cabral (2016, p. 213-214) o turismo de base comunitária não foge ao modelo de reprodução capitalista, porém a diferença encontra-se no fato de ele ser pensado de “baixo para cima”. Aliás, é importante romper com o saudosismo e imaginário de que o turismo de base comunitária fundamentado no ecoturismo serve como a grande

solução para alavancar o desenvolvimento local em comunidades amazônicas, visto que, como qualquer atividade produtiva que envolve relações de trabalho e práticas socioespaciais, também apresentará um conjunto de conflitos inerentes decorrentes a sua realização.

Apesar de apresentar supostos benefícios às comunidades locais, o turismo de base comunitária estruturado no ecoturismo representa, conforme apontam Farias, Hamov e Figueiredo (2016, p. 135), suas raízes de desenvolvimento endógeno fundamentado na exploração da natureza. Neste sentido, em comunidades denominadas de “tradicionais amazônicas” a “reinvenção da natureza”, do patrimônio e da cultura atuam como eixo geradores de desenvolvimento endógeno, mas cujos desdobramentos poderão ratificar o movimento global do turismo, a afirmação de identidades locais ou a construção de novos processos socioespaciais centrados nas endogeneidades.

A resistência do local ao global pode ser compreendida a partir do que Santos (2013) denominou da essência do lugar que é marcada pela cooperação, horizontalidades, singularidades, resistência, tradições, opacidades e representações da identidade. Para o autor o lugar não expressa o local de habitação e vivência, sendo emanção do global, onde o mundial se realiza e reproduz-se. Contudo, é no lugar que o global é negado, rejeitado e combatido. Neste sentido, o espaço turístico expressa as internalidades e externalidades dialeticamente construídos. Porém, a resistência dependerá da conjecturação, estruturação, democratização e efetivação de interesses diversos de grupos sociais envolvidos nos projetos ecoturísticos de base comunitária, cujo projeto acaba tornando-se um tabuleiro de interesses e tensões socioespaciais.

O espaço turístico global emana do movimento dialético da produção social do espaço que segundo Santos (2014) expressa a totalidade socioespacial, mas se reproduz de forma seletiva e fragmentária. O espaço da *turistificação global* é reproduzido como força comercial de grande importância no século XXI e se manifesta de diversas maneiras seja pela patrimonialização global em áreas históricas (COSTA, 2015), pela reprodução de espaços turísticos de aventura, de visitação em parques nacionais, consumo e viagens em diversas áreas, entre outros. Assim, é fundamental compreendermos o espaço turístico como produto da dialética espacial, pois o local e o global se conflitam, se relacionam, se negam e se afirmam a todo instante.

Sansolo (2017), ao analisar a inserção do município amazonense de Silves na participação do turismo de base local considera relevante a ênfase das relações que os sujeitos constroem com a natureza como fundamento do patrimônio cultural local, sendo base para a promoção do turismo local. Neste caso, o autor considera o lugar como expressão da resistência frente à prática da mundialização do turismo. Assim, “as relações vão muito além do que a lógica mercantil tornando o lugar o elo do pertencimento e do simbolismo”.

O turismo de base sustentável também se vincula a implementação de políticas públicas ditas sustentáveis. Farias, Hamoy e Figueiredo (2016), ao analisarem a prática do turismo ligadas às políticas públicas, afirmam que tal processo expressa um conjunto de tensões que envolvem a definição do problema a enfrentar e uma intensa negociação entre grupos e classes.

Diferente das regiões Nordeste e Sudeste que apresentam as principais redes hoteleiras, agências de turismo, estradas, restaurantes, praias, monumentos e cidades históricas bastante conhecidas, serviços bancários, lazer, grandes eventos, o marketing, o consumo de alimentos, imobiliário, financeiro e diversos outros atrativos turísticos cujas ramificações

estão ligadas às cadeias turísticas internacionais, a região amazônica, pelo imenso potencial de biodiversidade e variedade dos patrimônios material e imaterial têm ganhado destaque com o desenvolvimento do ecoturismo, especialmente os ligados ao contato e apreciação da natureza e diversidade cultural. Assim, o Estado-nação atua solidificando as bases para reprodução do capital vinculado a economia turística e ao mesmo tempo reforça o histórico e secular desenvolvimento desigual e combinado entre as regiões brasileiras (CRUZ, 2018b. p. 3).

O ecoturismo tem se configurado como um importante e potencial mercado do turismo a ser expandido na Amazônia cujo imaginário turístico valoriza a região como paraíso verde a ser conhecido e experimentado reforçando, dessa forma, o ideal do desenvolvimento sustentável. Fruto de conjecturações teóricas que culminaram em manifestações, orientações, recomendações e propostas, a exemplo das proferidas no Código Mundial de Ética para o Turismo (1999) no qual o ecoturismo não baseado no desenvolvimento sustentável seria falho por ser aplicado descolado da realidade. Segundo Carlos (2017, p. 28) o turismo é um novo setor da economia que se efetiva por meio do espaço produzindo e consumindo um determinado lugar. Assim, esta afirmativa consolida o entendimento de que o turismo atua globalmente, mas se reproduz de forma fragmentária nas espacialidades.

Segundo Azevedo (2013), o ecoturismo baseado no desenvolvimento sustentável representa na prática de reprodução de modelos ecoturísticos baseados na tríade meio ambiente-economia e sociedade não têm sido capaz de gerar o desenvolvimento regional, especialmente, pelo fato de ser tratado pontualmente, não incorporar as populações locais como gestoras efetivas do processo e desconsiderar as dinâmicas socioculturais endógenas de comunidades. O ecoturismo, apesar de bem intencionado, tem se configurado como um modelo e ser adotado, mas que não tem repercutido positivamente para o desenvolvimento local.

O ECOTURISMO E O ESPAÇO TURÍSTICO NA “TRILHA ECOLÓGICA OLHOS D’ÁGUA”

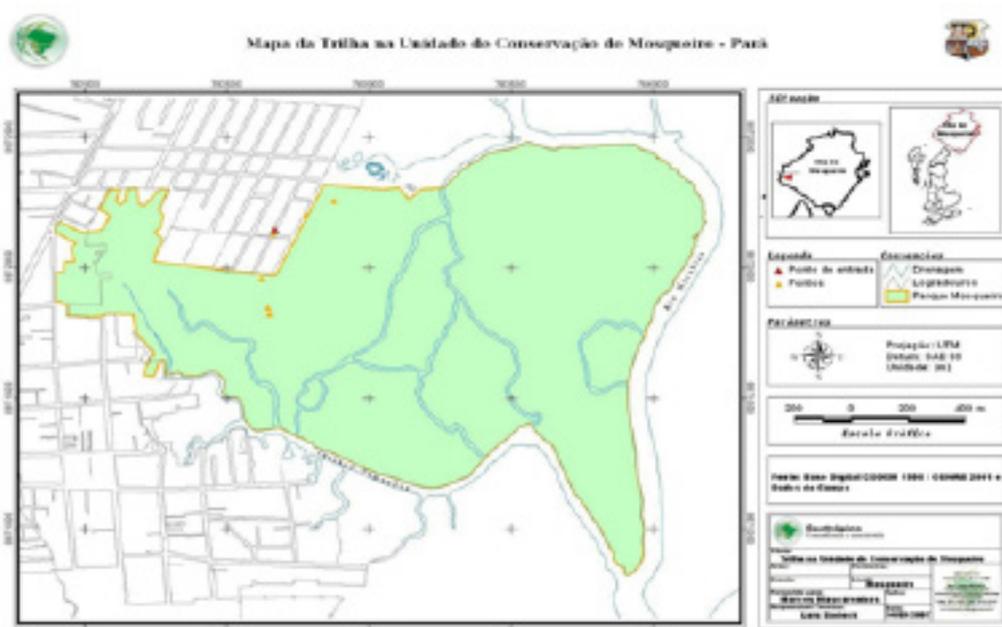
O ecoturismo, praticado na trilha ecológica “Olhos D’água no período que correspondem aos anos 2000 a 2009 acabou se tornando uma mistura de turismo de hospitalidade, de aventura e de manejo comunitário integrado, mas seu fim último não foi atingido, pois geraria renda local e inseriria as comunidades envolvidas na cadeia do turismo global, fato que aconteceu temporariamente, posto que a prática turística na trilha já não existe mais. A implantação da trilha ecológica, segundo o relato de alguns moradores, aconteceu sem muitos esclarecimentos, conforme se constata no depoimento do senhor “S” quando afirma que “tudo foi acontecendo e quando percebemos já recebíamos os turistas aqui. Para nós foi uma grande surpresa” (SENHOR “S”, junho de 2018).

É prática recorrente na implementação de projetos turísticos comunitários a falta de diálogo com as populações locais envolvidas. De modo geral, as comunidades são convidadas a participarem de projetos turísticos sem um devido aprofundamento da real participação dos sujeitos no desenvolver do turismo, especialmente, quando consideramos a gestão comunitária do turismo. Neste sentido, ressaltamos que as pequenas comunidades locais na Amazônia são constrangidas e pressionadas a fazerem parte da dinâmica capitalista da economia do turismo cujo topo da cadeia produtiva é composto por agentes e empresas que representam segmentos do capital internacional.

Em muitos casos, as comunidades amazônicas são relegadas à função de espaços da espetacularização e da observância das belezas naturais e os comunitários tornam-se agentes da turistificação com o repasse de informações, saberes locais e venda de pequenos produtos, sem serem os gestores dos processos turísticos, principalmente os emanados dos patrimônios natural, material e imaterial.

A criação da Trilha “Olhos D’água” em Mosqueiro é produto da lógica maior de turistificação global sincronizada com a mundialização da discussão ambiental. Assim, reproduzindo modelos internacionais de criação de “áreas verdes” a serem cuidadas, usadas ou servirem como reservas de recursos naturais, foi criada a Unidade de Conservação denominada Parque Municipal da Ilha do Mosqueiro (PMIM) que foi edificada pela Lei 1.401/88, englobada pelo Plano Diretor do Município de Belém, Lei nº 1.601/93 e ratificada pelo Decreto nº 26.138/93 – PMB, delimitou uma área de 190 ha. localizada na referida ilha.

O Ministério do Meio Ambiente ratificou a ação ambiental quando aprovou o projeto “Gestão Participativa da Unidade de Conservação Mosqueiro”, publicado na página 87 da Seção 3 do Diário Oficial da União (DOU) de 1 de Abril de 2002. O Projeto de gestão das matas e biodiversidade em Mosqueiro estabeleceu o Parque Ambiental e procurou promover o desenvolvimento através do manejo comunitário, saberes socioambientais e práticas de trabalho singulares desenvolvidas pelos ilhéus. O Parque Ambiental de Mosqueiro é formado pelas ilhas de Terra Alta, Carará e do Cotovelo que recebem a influência dos rios Murubira e Tamanduá. O mapa a seguir revela a área do Parque Ambiental de Mosqueiro:



Fonte: Extraído do CODEM. Prefeitura Municipal de Belém CODEM - Companhia de Desenvolvimento de Administração da Área Metropolitana de Belém DDU - Diretoria de Desenvolvimento Urbano. Em: 28/07/2018.

A reprodução de modelos ecoturísticos criados em outros centros do planeta e reproduzidos na Amazônia configura-se numa técnica hierárquica e modelística de desenvolvimento capitalista e acaba se tornando regravativo, reforçando a forma de pensar a Amazônia como uma área vazia, rica em recursos naturais. Para Cruz (2008) o projeto de desenvolvimento ecoturístico quando criado a partir de discussões superficiais, onde as comunidades apenas ratificam o modelo a ser imposto, tende a aprofundar as desigualdades socioespaciais.

O manejo comunitário que é fundamento de propostas de sustentabilidade local só tem razão de existir quando não é imposto de forma autoritária e nem subordinado a lógica do espetáculo e da admiração do mercado do turismo de natureza. O manejo local deve ser valorizado a partir das práticas de trabalho cotidianas. Aliás, os moradores envolvidos na trilha “Olhos D’água” frequentemente reclamavam que eram chamados para produzir farinha para os turistas observarem as etapas da produção. Porém, a produção de farinha demanda racionalidades que devem ser planejadas com muita antecedência por desenvolver processos de trabalho que envolvem vários dias de trabalho.

A execução da trilha ecológica “Olhos D’água”, resultou segundo os ilhéus, num ritmo de manejo local superficial, rompendo a naturalidade da prática de trabalho. Entendemos que o desenvolvimento do manejo ecoturístico só ganha sentido quando alia produção do trabalho e o uso do meio físico respeitando as dinâmicas locais, o movimento da natureza e as temporalidades das comunidades. Assim, acreditamos que o manejo comunitário nas comunidades de Mosqueiro poderia ser considerado um dos caminhos do desenvolvimento regional, desde que, considerasse as peculiaridades de territórios, lugares e saberes ancestrais vinculados a espaços físicos que sempre edificaram a cultura e patrimônios de populações extrativistas que formam a ilha.

O Planejamento Turístico Regional Amazônico ainda reproduz modelos importados de desenvolvimento. Para Carlos (2017), o turismo deve ser considerado como prática espacial contraditória margeada por conflitos e tensões. Porém, frequentemente o as políticas de turismo consideram o espaço turístico como vazio de significado e destinado ao desenvolvimento de práticas do turismo tendo a natureza como pano de fundo e como elemento agregador do turismo. Isto é perceptível quando verificamos através dos relatos dos ilhéus que os roteiros, trilhas, ações e eventos turísticos desenvolvidos nas comunidades de Mosqueiro funcionavam somente em certos dias do mês e não garantiam a sobrevivência diária dos sujeitos, pois para o sujeito “R” “éramos chamados às pressas para fazer coisas que fazíamos todo dia. Tínhamos que mostrar para os de fora, mas o horário estava errado” (SENHOR, “R”, julho de 2018).

O Planejamento do Desenvolvimento Ecoturístico em Mosqueiro deveria considerar a dinâmica interna das localidades e articulá-las com as externalidades evitando a replicação da segregação socioespacial e conjecturações abstratas do espaço turístico que reforçasse a faceta excludente e perversa da *turistificação global*. Segundo Cruz (2008) o desenvolvimento endógeno só tem sentido quando integra o bem estar econômico, social e cultural da sociedade e pensada enquanto totalidade. Neste, a totalidade defendida pela autora representa à dinâmica socioespacial global e local dos sujeitos envolvidos.

A criação da “Trilha Ecológica Olhos D’água” como expressão da prática do ecoturismo não foi capaz de promover a gerência das ações turísticas pelos sujeitos locais. Inclusive um dos fundamentos do turismo de base comunitária é fazer com que os sujeitos possam ser protagonistas de suas ações e gestores da atividade turística. O modelo adotado de

desenvolvimento turístico para uma parte insular da Região Metropolitana de Belém, pretendeu preservar a cultura local e frear a onda de ocupações urbanas pelas quais passava a ilha, visto que, desde os anos 1990 Mosqueiro vem se configurando como uma das novas fronteiras da urbanização em Belém, além do que, buscou-se reproduzir uma das novas facetas do desenvolvimento regional fundado no desenvolvimento sustentável de base comunitária.

É importante ressaltar que a prática do ecoturismo nas comunidades extrativistas de Mosqueiro acirrou a disputa entre os lugares, pois muitos ilhéus, especialmente de outras comunidades próximas a Caruarú e Mari-Mari estavam descontentes com a atividades turística, posto que reclamavam de não participação na trilha ecológica. A Senhora “M” enfatiza que:

“a trilha foi “boicotada” por diversos moradores, sendo comum o corte de árvores centenárias que anteriormente estavam presentes na trilha como a castanheira e “umarizeiro”, a matança de animais que habitavam as proximidades, a destruição de plantas lindas, tal como a “samambaia azul”, e jogada de aterro nos “olhos d’águas” que deram o nome a própria trilha. (SENHORA “M”, Junho de 2018).

Assim, em vez do projeto ecoturístico integrar as comunidades, fomentou a “guerra entre comunidades”, além de não ter sido capaz de gerar renda, o desenvolvimento local e ter ficado limitado à prática de observação da natureza e espetacularização dos lugares, menosprezando outros setores que promovessem a qualidade de vida e o “consumo dos lugares” de forma mais integrada.

Para Santos (2012), o espaço é a base da existência da sociedade, da reprodução humana condição basilar da existência dos sujeitos, onde são criados todos os sistemas sociais que interferem e condicionam a vivência do homem. Para Irving (2002) a realização da prática do ecoturismo em pequenas comunidades deve considerar o espaço como espaço turístico inscrito no envolvimento de sujeitos aptos a auto-organização, gerência das ações e a serem protagonistas de espaços onde vivem.

Na comunidade de Mari-Mari, os moradores queixavam-se da falta de comunicação prévia para recebimento dos turistas, pois segundo relatos era recorrente a chegada de grupos de pessoas a comunidade para participarem da trilha, mas os comunitários estavam envolvidos com a realização de atividades diárias não vinculadas ao ecoturismo. O imprevisto e a falta de planejamento foram apontados como relevantes.

Apesar do reconhecimento de dificuldades para o desenvolvimento do ecoturismo em Mari-Mari, relatos enfatizaram que a prática turística deu visibilidade às comunidades que estavam isoladas em relação aos principais destinos de lazer em Mosqueiro situados nas principais praias da ilha, tais como: Areião, Murubira, Farol, Chapéu-Virado e Ariramba.

O turismo não pode ser compreendido distante de dinâmicas espaciais onde será implantado. Segundo Santos (2014) as dinâmicas espaciais extrapolam as localidades, tecendo relações com as escalas regionais, nacionais e mundiais. Contudo, quando analisamos as relações locais que a prática ecoturística promoveu em Mari-Mari percebemos profundos descompassos e contradições, especialmente os associados às queixas dos moradores referentes a não continuidade da trilha ecológica, a falta de investimentos em infraestrutura local, a ausência de programas de geração de renda.

A espetacularização da prática ecoturística na trilha ecológica “Olhos D’Ádua” fez parte de uma cenarização direcionada a promoção de distração e satisfação dos visitantes relegando

os comunitários a meros animadores de um enredo programado a alegrar o visitante. O turismo performático é discutido por Cruz quando afirma que:

são incontáveis as críticas de especialistas e não especialistas ao papel do turismo como elemento desvirtuante dos sentidos dos patrimônios cultural material e imaterial. Censuração, espetacularização, mercantilização compõem o rol de boa parte dessas críticas (CRUZ, 2018a, p. 102).

Cruz reconhece o caráter excludente e segregador da atividade turística, principalmente, quando o marketing turístico impõe uma imagem a toda a cidade ou área onde é instalado como se nenhuma outra atividade existisse a não ser a vinculada a economia do turismo. Rotular áreas como se fossem eminentemente turísticas faz parte da disseminação comercial do turismo, cujo processo para Sotratti (2013) configuram-se como a apropriação ideológica do espaço, desdobrada no consumo de paisagens valorizadas a partir de certas especificidades, simbolismos e singularidades. Porém, toda e qualquer atividade comercial e espacial sempre apresenta uma faceta fragmentária, ou seja, atua em frações espaciais específicas, mas vende a imagem como se fosse uma globalidade hegemônica.

Paes (2017) ao analisar a dinâmica de turistificação de áreas patrimonializadas reconhece a intensificação do processo socioespacial conhecido como gentrificação que para a autora representa a exclusão e ou participação marginal de camadas menos favorecidas da atividade turística nas áreas onde ocorre. Ressalta-se que a gentrificação enquanto dominância de segmentos mais abastados da população ocorre em variadas da produção socioespacial, mas é bem nítido em locais patrimonializados, verticalizados e que vêm sofrendo com a especulação e transformação urbanas.

Para Santos (2012), os diferentes tempos produtivos são materializados no espaço sejam pelas rugosidades ou pelas diferentes formas espaciais que revelam o espaço como produto da história e do movimento social. Assim, o espaço social como gerador do espaço turístico também tem na geohistória a sua razão de existência. Este fundamento deve guiar os projetos e modelos endógenos do turismo e do ecoturismo para as comunidades amazônicas.

Mareco e Cabral (2016) ressaltam que qualquer proposta de implantação de turismo de base comunitária deve considerar as dinâmicas do espaço local, do lugar, da natureza e como os sujeitos controlam e uso as frações espaciais locais. Na lógica comercial há um fetiche vinculado a promoção do turismo de natureza visando observá-la bestificadamente. A faceta mercadológica do turismo considera o espaço empírico como espaço do turismo, sendo o espaço-mercadoria construído como prática comercial, restrito e fechado à reprodução do capital, apto a receber o turismo, dotado de uma vocação natural para ser apreciado como um espaço sem história e sem conflitos.

Nigro (2010) faz interessante análise a cerca da mercantilização de frações patrimonializadas nas cidades históricas, mas cujos desdobramentos também são resvalados em áreas rurais, nas quais são comuns o processo museificação, espetacularização de paisagens, a desvinculação do conteúdo histórico e cultural, o consumo dirigido aos aspectos estético das paisagens, a mercantilização do turismo-patrimonial, o menosprezo pelas questões sociais que são invisibilizadas no consumo turístico do espaço patrimonializado e a reinvenção simbólicas capitalizadas das tradições, a revalorização turística urbana fracionada de determinadas áreas em detrimento do restante da cidade, a volta ao historicismo e saudosismo ao passado urbano, a valorização imobiliária, a promoção do lazer, a difusão de ações privadas de alto consumo em espaços da patrimonialização

e turismo, o aumento dos conflitos e tensões sociais em áreas reutilizadas e o aprofundamento da gentrificação.

Para Paes (2017), seja em áreas urbanas e rurais, o turismo tem implicado na desvinculação das populações locais as práticas do turismo. Este fato resulta na gentrificação e segregação socioespacial turística, pois as populações locais não consomem o turismo projetado. Para Irving (2002, pág. 19), o turismo nem sempre ocorre a favor das populações locais e é responsável por fenômenos da exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental.

Para Carlos (2017), o turismo tem sido pensado sem considerar o espaço onde vai ser reproduzido e tem se configurado como um conjunto de atos administrativos e sistemas gerenciais desvinculados do espaço social. Pensar o turismo pressupõe, primeiramente, pensar a história das formas e funções do espaço do homem, pensar o espaço geográfico ou objeto empírico, problematizar as relações do visível e do invisível e pensar o turismo como um sistema socioespacial abstrato emanado do objeto empírico cujo resultado provisório é expresso em relações concretas. O espaço turístico é a evolução dialética do movimento e das determinantes do espaço empírico até o espaço total turístico. Ou seja, o espaço e o espaço turístico são sempre abstrações dialéticas da realidade.

CONSIDERAÇÕES

Consideramos que a experiência ecoturística nas comunidades de Mosqueiro representa uma estratégia singular de se pensar o desenvolvimento socioespacial a partir do ecoturismo, posto que qualquer ação do planejamento de desenvolvimento regional de escala comunitária na Amazônia não pode estar centrada na imposição de uniformização e modelização de fragmentos espaciais. A turistificação global deve sujeitar-se as características e dinâmicas locais de forma horizontal. Uma situação contrária força e cria “guerras de micro lugares”, além de impor hierarquias que perpassam a escala local até a global. O ecoturismo deve considerar as práticas de trabalho e patrimônio cultural dos sujeitos em espaços fragmentários e singulares da reprodução cotidiana.

Por fim, o espaço turístico deve ser compreendido como um espaço tecido por relações turísticas historicamente determinadas. É produzido por sucessivos sistemas sociais. Uma totalidade concreta. Expressa o próprio movimento da sociedade, a história do lugar, o movimento dialético e contraditório dos espaços, de sistemas sociais que edificam a realidade. O espaço ecoturístico em comunidades amazônicas deve ser pensado a partir de contradições cujos fundamentos podem ser ancorados na dialética espacial.

Neste sentido, é fundamental a prática turística denominada de comunitária e sustentável considerar o espaço social e geográfico como condicionantes para a construção do espaço ecoturístico, caso contrário, torna-se “letra morta”, estéril, ineficiente, descontextualizada, pura abstração, modelo inatingível e uma conjecturação não aplicável a realidade. Pensar o espaço turístico e ecoturístico pressupõe considerar o espaço social que sustenta e dá base a reprodução do espaço do turismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Artemísia dos S. Org. AZEVEDO, Francisco F. de. Consumo e Conservação no Ecoturismo da UC's Área de Proteção Ambiental Jenipabu e Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão (RN): a percepção dos atores que nela atuam. In: AZEVEDO, Francisco. F. *Turismo em Foco*, [et. al.] Org. Belém: NAEA, 2013. p. 116-136.

CARLOS, Ana Fani A. Geografia. Turismo e Patrimônio: um aporte geográfico(27-42). In: PAES, Tereza Duarte (org.); SOTRATTI, Marcelo Antônio Duarte (org.). *Turismo e Patrimônio Cultural: identidades, usos e ideologias*. – São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017. p. 27-43.

COSTA, Everaldo Batista da. *Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana-totalidade-mundo*. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015.

CRUZ, Silvia. H. R. Turismo Sustentável na Amazônia: o contexto do desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, Silvio. L. *Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional* – Belém, NAEA, 2008 – 132-146.

CRUZ, Silvia. H. R. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. *Confins: Revue franco-brésilienne de géographie / Revista franco-brasileira de geografia*:36|2018:Número36. Disponível:<https://journals.openedition.org/confins/13707>. Acessado em: 10 out. 2018a.

CRUZ, Silvia. H. R. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *Geosp - espaço e tempo*. São Paulo, nº 31, pp.95104, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74255>. Consultado em: agosto de 2018b.

Código Mundial de Ética para o Turismo (1999). Acessado em: 12/07/2018. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PREVIEW_MTUR_Codigo_de_Etica_Turismo_120_210mm_Portugues.pdf

FARIAS, Kássia. S. Org. HAMOY, Juliana A. Org. FIGUEIREDO, Silvio L. Turismo, Desenvolvimento e Políticas Públicas. In: BAHIA, Mirleide C. Org. FIGUEIREDO, Silvio. L., Org. *Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer* – Belém: NAEA, 2016. p. 421-445.

IRVING, Marta de Azevedo. *Turismo: o desafio da sustentabilidade*. São Paulo: Ed. Futura 2002.

MARECO, Cássia Araújo (org.); CABRL, Neila (org.). Turismo em Comunidades do Pará: as concepções que norteiam o turismo de base comunitária em Boa Vista do Acará In: BAHIA, Mirleide Chaar (org.); Figueiredo, Silvio Lima (org). *Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer* – Belém: NAEA, 2016 – p. 207-224.

NIGRO, Cíntia. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annalube, 2010.

PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892.

Parque Municipal da Ilha de Mosqueiro: A Unidade de Conservação denominada. Lei 1.401/88. Disponível em: www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=10&conteudo=2714. Consultado em: jul. 2018.

SANSOLO, Davis G. Patrimônio Natural Monumental e Comunitário e a Relação com o Turismo em Silves, Amazonas, Brasil. In: PAES, Maria Tereza Duarte, Org. SOTRATTI, Marcelo Antônio, Org. *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural* – São Paulo: Annablume, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. 1ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: Editora da Cidade de São Paulo, 2012. Coleção Milton Santos.

SANTOS, Milton. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico, científico e informacional*. 5ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SOTRATTI, Marcelo Antonio. As Ideologias Espaciais e o Patrimônio Cultural e Imagem e Promoção Turística. *Espaço & Geografia*, Vol.16, No2 (2013) – p. 601:625. Disponível em: <http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/index>. Consultado em: ago. 2018.